

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Diário de Cuasá

Class.: 149

Data: 15.11.86

Pg.: 13 e 6a

Boróro pensam interditar 070

A BR-070 poderá ser novamente interditada pelos índios das comunidades Xavante e Boróro, estes da reserva de Meruri. Foi o que admitiu ontem o substituto do superintendente da Funai para o Centro-Oeste, Eugênio Miguens Filho, afirmando que essa poderá ser uma das represálias daqueles silvícolas se o Dermat, representando o Executivo Estadual, não efetuar o pagamento da

indenização, no valor de 2 mil 260 cruzados, constante no acordo assinado em 82, que possibilitou a construção da rodovia, que passa pelo território das duas reservas. O Dermat, segundo Miguens Filho, prometeu efetuar o pagamento no dia 30 de novembro, depois de ter falhado a primeira vez, quando havia garantido a destinação das verbas para o dia 3 de novembro.

(Pág. 6)

Índios Boróro prometem interditar BR-070

Os índios da reserva Boróro de Meruri e Xavante poderão interditar a BR-070 se o Governo do Estado, através do Departamento de Estradas de Rodagem - Dermat, não efetuar o pagamento da indenização pela passagem daquela rodovia por seus territórios, totalizando 2 mil 260 cruzados, até o dia 30 de novembro próximo. Foi o que informou ontem o substituto do superintendente da Funai para o Centro-Oeste, Eugênio Miguens Filho, admitindo que essa poderia ser uma das represálias contra o Executivo Estadual pelo não cumprimento do acordo, assinado em 82.

Miguens Filho situou que, quando o Governo do Estado se propôs a construir a BR-070, sofreu resistência dos índios das duas comunidades, que não aceitavam a passagem da estrada pelos seus territórios. Porém, depois de muitas negociações, os índios acabaram cedendo, mediante o pagamento de uma indenização de 1.450 cruzados para os Boróro e 810 cruzados para os Xavantes.

Acrescentando o substituto de Cantídio Guerreiro, que se

encontra em Brasília participando das reuniões do Grupo Interministerial para Assuntos de Terra Indígenas, revelou que o pagamento dessa indenização, conforme consta no acordo, deveria ser efetuado próximo ao término das obras. "Faltando quatro quilômetros para as obras serem completadas - continua ele - os índios voltaram a interditar a BR, exigindo que fosse feito o pagamento".

As obras só tiveram prosseguimento após uma reunião realizada no dia 30 de setembro último, quando o diretor-geral do Dermat, Osvaldo da Costa, representando o Governo do Estado, assegurou que o pagamento da indenização seria feito no dia três de novembro passado. Nesse dia, sem que o dinheiro chegasse às mãos dos índios, Miguens Filho contou que as duas comunidades indígenas passaram a pressionar novamente a Funai, que esteve reunida no dia cinco com o dirigente do órgão. Nessa ocasião, segundo Eugênio Filho, o diretor-geral do Dermat revelou que, o Governo do Estado não estava recebendo o repasse das verbas do

Governo Federal por causa das proximidades das eleições. Entretanto, parte da indenização estipulada já estaria depositada em um banco da região, fato que os líderes Boróro e Xavante, que estiveram presentes, não concordaram, já que queriam o pagamento integral.

- Mas o Dermat garantiu que o pagamento será feito no dia 30 de novembro. Os índios aceitaram, mas o deixaram a entender que não aceitarão prorrogação do prazo, já que dispensaram inclusive o acordo que foi assinado em 82, dizendo que não acreditam mais no papel que o branco assina - relatou o superintendente- eventual da Funai, acreditando que "se esse compromisso não for assumido, não tenho dúvidas de que o Governo do Estado sofrerá represálias por parte dos índios, que, de uma maneira geral, já não acreditam no que dizem para eles".

O fato de admitir que a estrada poderá ser interditada novamente, Eugênio Miguens Filho ressaltou que "essa talvez seria a única forma que eles encontrariam para exigir o que ficou acertado".